

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.935 - RJ (2019/0044699-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADOS : JAIME HENRIQUE PORCHAT SECCO E OUTRO(S) - RJ129059
RAFAEL DIREITO SOARES - RJ135714
GRISSIA RIBEIRO VENANCIO - RJ129287
AGRAVADO : ERENITA DA SILVA ALMEIDA
ADVOGADOS : RICARDO SIQUEIRA MENDONÇA - RJ097367
ANTONIO CARLOS SIMÕES BATISTA - RJ129618
AGRAVADO : FUNDACAO ARY FRAUZINO PARA PESQUISA E CONTROL DO
CANCER
ADVOGADO : JOSÉ FERNANDO XIMENES ROCHA E OUTRO(S) - RJ027439

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO EM RAZÃO DE SUA APOSENTADORIA. NÃO OFERECIMENTO DA POSSIBILIDADE DE PERMANÊNCIA NO PLANO POR TEMPO INDETERMINADO. OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE QUE É RESPONSÁVEL DIRETA PELO CUMPRIMENTO DA APÓLICE CONTRATUAL. LEGITIMIDADE PASSIVA. HIPÓTESE QUE SE SUBSOME AO DISPOSTO NO ARTIGO 31 DA LEI 9.656/98. PERMANÊNCIA NO PLANO DE SAÚDE EM RAZÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO POR PERÍODO SUPERIOR AO 10 (DEZ) ANOS E CONTRIBUIÇÃO MENSAL. CONTRIBUIÇÃO QUE PODE SER PARCIAL OU INTEGRAL. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO INCISO I DO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO NORMATIVA DA ANS N. 279/2011. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PERMANECER COM A COBERTURA ASSISTENCIAL QUE POSSUÍA QUANDO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO, NAS MESMAS CONDIÇÕES, DESDE QUE ASSUMA O SEU PAGAMENTO INTEGRAL. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) DE ACORDO COM OS

PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E
PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.
APELO DESPROVIDO.

Embargos de declaração rejeitados (fls. 771-776).

Mediante a decisão de fls. 917-929, proferida em 7.8.2019, conheci do agravo e dei parcial provimento ao especial, para determinar que o direito à manutenção do ex-empregado aposentado no contrato do plano de saúde, sob as mesmas condições de cobertura assistencial dos funcionários da ativa, mediante o pagamento dos valores integrais dos prêmios, não assegura direito adquirido ao regime de custeio.

Verifico, todavia, que a controvérsia dos autos trata do tema afetado à Segunda Seção deste Superior Tribunal, sob o rito dos repetitivos - artigo 1.036 do Código de Processo Civil de 2015, nos RESPs 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, vinculado ao Tema 1.034, com determinação para suspensão da tramitação, em âmbito nacional, dos processos que versem sobre a questão afetada, mantida, no entanto, a possibilidade de concessão de medidas urgentes pelas instâncias ordinárias.

Com efeito, as ementas das propostas de afetação acolhidas pela Segunda Seção em 29.10.2019, com idêntico teor, têm a seguinte redação:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: **Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.**
2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

Desse modo, caracterizada a identidade de questão de direito submetida à

Superior Tribunal de Justiça

sistemática dos recursos repetitivos, devem ser devolvidos os autos ao Tribunal de origem, nos termos do artigo 256, L, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, II, do Código de Processo Civil/2015, determino a devolução destes autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para nele permanecerem sobrestados até a conclusão do julgamento do mérito dos recursos recebidos como representativos da controvérsia (Tema 1.034), e, após, que se proceda em conformidade com os comandos dos artigos 1.040 e 1.041 do referido código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora